

Marco Aurélio Serau Junior



Curso
Processo Judicial
Previdenciário

M EDITORA
M MÉTODO

SÃO PAULO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
1. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	29
1.1 O devido processo legal em sentido material	33
1.2 O devido processo legal em sentido propriamente processual	41
2. O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SENTIDO MATERIAL – INCIDÊNCIA NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA	51
2.1 O princípio do devido processo legal em sentido material: síntese	51
2.2 Os direitos fundamentais sociais: seguridade social	52
2.3 Efetivação dos direitos fundamentais: imposição do devido processo legal	69
2.4 Incidência do princípio do devido processo legal em sentido material na esfera previdenciária – Conseqüências	79
3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SENTIDO PROPRIAMENTE PROCESSUAL – INCIDÊNCIA NO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	89
3.1 O princípio do devido processo legal em sentido propriamente processual: síntese	89
3.2 A garantia constitucional de ampla defesa e a amplitude da produção probatória	90
3.2.1 A apreciação do conjunto probatório pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário	103

3.3 Algumas peculiaridades sobre a matéria probatória em tema de processo judicial previdenciário	109
3.3.1 Das provas	109
3.3.2 Prova documental	119
3.3.3 Prova testemunhal	124
3.3.4 Prova pericial	134
3.3.5 Prova da pobreza em casos do benefício de assistência social	148
4. OUTROS ASPECTOS DA INCIDÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SENTIDO PROCESSUAL NO ÂMBITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO	157
4.1 O prévio exaurimento das vias administrativas e o princípio constitucional do acesso à justiça	157
4.2 A participação do Ministério Público no processo judicial previdenciário	171
4.3 Competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual para processar e julgar ação previdenciária: acesso efetivo à justiça	179
4.3.1 A competência para processar e julgar matéria previdenciária definida na Constituição Federal de 1988	179
4.3.2 Competência subsidiária da Justiça Estadual em matéria previdenciária	182
4.3.3 Competência subsidiária da Justiça Estadual para o julgamento do benefício da assistência social	189
4.4 O novo regime dos precatórios judiciais em matéria previdenciária ..	192
4.5 Os efeitos do recebimento do recurso de apelação em matéria previdenciária: efeito devolutivo e efeito suspensivo	205
4.6 O reexame necessário nas ações previdenciárias	208
4.7 Varas especializadas em direito previdenciário	212
4.8 Juizados Especiais Federais	214
4.9 Casos diversos	218
CONCLUSÕES	223
BIBLIOGRAFIA	227